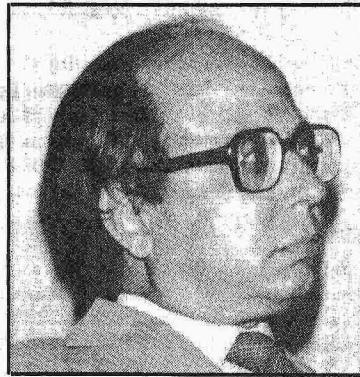


Conjuntura econômica e decisão política.

MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

Em função da perspectiva que a distância propicia, observadores do exterior vêm realizando avaliações de nossa conjuntura econômica geralmente mais positivas do que as internas. Aquelas análises ressaltam o afastamento de três espectros que até o fim de 1983 rondavam a cena brasileira: estrangulamento cambial, explosão inflacionária e colapso da produção interna. Em seu lugar, notam-se avanço na produção agropecuária, normalização dos fluxos financeiros e reservas internacionais, extraordinário desempenho das contas comerciais, êxito do programa energético, e primeiros indícios de recuperação industrial, embora ainda concentrados nos setores de exportação.

No campo internacional, o clima não é diverso. A retomada econômica americana consolidou-se, atingindo não só o consumo, senão também os investimentos direcionados sobretudo à modernização e produtividade. Não obstante certo atraso, o mesmo ocorre no Japão e na Europa, notadamente na Alemanha e Grã-Bretanha. A Bacia do Pacífico vem-se afirmando como um dos eixos mais dinâmicos da economia mundial, enquanto os dois países mais populosos do mun-



MARCÍLIO MARQUES MOREIRA é ex-diplomata, professor universitário e membro do Conselho de Administração do Unibanco.

do, a Índia e, notadamente a China, têm vigorosamente acelerado o crescimento. E mesmo os países da cortina de ferro, com exceção da Polônia, contrariando prognósticos, apresentam sinais de reativação econômica.

Não se trata de enxergar o mundo com óculos róseos, minimizando os malefícios da renitente inflação e do acentuado desemprego internos, nem os riscos embutidos na continuada elevação das taxas internacionais de juros, na ameaça de degeneração do conflito Irã-Iraque, ou no potencial corrosivo

sobre o sistema financeiro mundial representado pelo endividamento dos países subdesenvolvidos. Cenários mais sombrios são possíveis, embora improváveis, e impõe-se estarmos preparados para eventualmente enfrentá-los. Mas, não devemos negar a evidência das melhorias já conquistadas no campo econômico, interno e externo, nem nos conformarmos em ser prisioneiros do medo. Em especial, urge procurar aproveitar, a tempo, as oportunidades que o novo clima mais propício nos oferece para a ambiciosa, mas difícil, tare-

fa de construção do Brasil pós-crise.

Se as atenções, há um ano, tinham de concentrar-se na administração diurna da crise, para evitar descontinuidades ameaçadoras, elas hoje em dia deslocaram-se para a arena política, onde passaram a girar os pontos de interrogação cruciais da agenda nacional, em especial a sucessão presidencial e a consolidação do processo da liberalização política.

Tornou-se imperativo criar condições para que o próximo governo possa contar com respaldo popular, competência administrativa, credibilidade pública e dimensão ética, compatíveis com os desafios da transformação política e da reversão econômica que terá de liderar. E, resgatada a esperança, reunir todos os segmentos da sociedade, de bom senso, para discutir e elaborar programa — uma espécie de pacto pré-constitucional de transição — o mais abrangente, objetivo e consensual possível, que defina prioridades essenciais a perseguir, caminhos a percorrer, e métodos adequados para atingir nova etapa da vida brasileira, em que possam conviver, de maneira fértil e harmônica, livre iniciativa, eficácia econômica, justiça social e liberdade pública.